

Debate: 1985 será igual ou pior que 84?

O professor Francisco Lopes, da PUC-Rio, acredita que o País poderá apresentar um crescimento do PIB de 4% ou mais este ano, enquanto Ibrahim Eris, professor da Fipe-USP, acredita em um percentual mais próximo dos 2%, com uma progressiva queda ao longo do período. Lopes admite que 85 possa ser semelhante a 84, enquanto Eris não espera uma repetição, em face da queda das exportações de manufaturados e dos níveis de juros.

O debate em torno das recessões de 81 e 83 e das perspectivas de crescimento foi parte de um amplo seminário que se realiza de 6 a 8 de maio na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, coordenado pelo professor Carlos Alberto Braga e do qual participam nomes conhecidos do Brasil e do Exterior. Luiz Gonzaga Belluzzo, Celso Martone, Pérsio Arida, Alkimar Moura, Carlos Longo, Carlos Langoni, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Albert Fishlow estão entre os participantes do encontro, que busca discutir caminhos para a economia brasileira, tanto no plano interno quanto externo.

A reunião desenvolve-se por painéis, com um expositor e um debatedor e, a seguir, perguntas do público, ontem à tarde pequeno para a amplitude dos temas. Fernando Homem de Mello, da Fipe-USP, especialista em política agrícola, defendeu uma política de subsídios a uma cesta de alimentos destinada às populações de baixa renda, mas reconheceu a dificuldade de operar um programa desse tipo. "É preciso, por exemplo — afirmou —, que os carros da Cobal deixem a praça da República e as praias de Santos e vão para a periferia."

Inconsistência

Belluzzo, em trabalho preparado em conjunto com Maria da Conceição Tavares, analisou a crise internacional e as políticas de ajustamento, questionando "se a retomada da economia americana e sua diplomacia agressiva de dólar forte é, apenas, um intervalo num longo período recessivo ou se estamos, de fato, em transição para um novo sistema, sob o comando central dos Estados Unidos".

Celso Martone, sob o tema da inconsistência do modelo brasileiro de ajustamento, estabeleceu um modelo de política econômica para evidenciar o malogro do esforço dos últimos anos e apresentou um quadro pessimista acerca da inflação.

— O excesso de endividamento público interno e externo — assinalou — conduz a três tipos de ruptura possíveis na economia: uma carga tributária futura de proporções inéditas em relação ao fluxo de renda corrente, uma monetização eventual ou um default (confisco ou depreciação) da dívida pública. Essa tem sido uma fonte básica de instabilidade a longo prazo da economia brasileira.

Advertindo para o risco de que políticas clássicas acentuem as instabilidades estruturais, Martone teme que o excesso de endividamento do setor público, interno e externo, esteja na raiz do regime hiperinflacionário. Uma alternativa seria a depreciação da dívida, com perda de capital para o setor privado. Em sua opinião, há os que esperam a hiperinflação e os que temem uma depreciação da dívida, daí o fato de se recusarem a adquirir títulos de prazos mais longos.

No plano prático, segundo Martone, "a dinâmica hiperinflacionária está sendo reproduzida em todos os seus componentes. Os reajustes trimestrais de salários começam a generalizar-se, a taxa de inflação passa a ser apurada a cada dez dias, a taxa cambial é corrigida diariamente, os preços em geral a cada 15 dias, etc. Isto significa que o patamar inflacionário está-se deslocando para um novo nível mais alto, onde

repousará por mais algum tempo antes de saltar de novo. A velocidade do processo é crescente, contudo, como consequência da dinâmica".

Crescimento

Para Francisco Lopes, a queda das exportações de manufaturados, em 1985, não será determinante de queda da atividade econômica, que, em termos de consumo, será estimulada pela reposição salarial.

O economista carioca, crítico da política monetária, considerou que há aspectos intrigantes na análise econômica brasileira, como a inconsistência entre políticas de restrição da moeda e efeitos sobre a inflação. E defendeu os gastos públicos como fundamentais para manter a retomada econômica: "Eliminar o déficit pode fazer abortar a recuperação" — declarou.

Ibrahim Eris criticou particularmente a fórmula da correção monetária, que em abril levou os tomadores de crédito a pagarem um nível real de juros de 100% (acima da inflação de 7,2%). "A correção pode fazer muita diferença em termos de consumo interno" — disse.

As propostas da CNI para um pacto social

O empresariado nacional está disposto a participar da formulação de um pacto social, mas desde que o governo abrande, nos próximos 30 dias, o seu rígido controle sobre os preços, e que as taxas de juros comecem a declinar efetivamente. Esta posição foi defendida, ontem, pelo senador Albano Franco (PFL-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), junto ao ministro Francisco Dornelles, da Fazenda.

Albano disse que colocou estes dois pontos ao ministro, porque sem eles seria muito difícil os empresários terem condições de sentar com os trabalhadores para a formulação do pacto social. Mas o presidente da CNI afirmou, também, que estas teses não foram colocadas a Dornelles como exigências, mas como um "comentário", com o único objetivo de ajudar o governo. "Allás, eu vim ao ministro para dizer-lhe que os empresários continuam dando apoio e tendo toda a confiança que o novo governo conseguirá reverter o ritmo inflacionário", acrescentou.

O presidente da CNI disse que sentiu na conversa com Dornelles que o controle rígido dos preços não se estenderá por muito tempo. Albano observou que esse dado, associado aos primeiros indícios observados pelas indústrias de que as taxas de juros estão dando sinais de que poderão declinar em breve, indicam que o pacto social poderá ser perfeitamente exequível. "Por isso, acho que não é hora de reivindicarmos, apenas trocarmos idéias com o governo", afirmou o senador.

Sobre a expectativa do governo de conseguir uma taxa de inflação em maio abaixo dos 5%, Albano Franco afirmou que não acredita na hipótese, mas num índice abaixo dos 7%. "Talvez 6%, apenas." O presidente da CNI disse, porém, que reconhece todos os esforços do governo no combate à inflação.